

Cotação

- Dólar: R\$ 5,80
- Euro: R\$ 6,08



COMUNICAÇÃO
CARAGUATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-feira • 27 de Fevereiro 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	28 de Fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• Dia do Agente Fiscal da Receita Federal	<ul style="list-style-type: none">• Dia da Ressaca

Agenda do dia

Hoje	28 de Fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• 18h: Despacho com Chefe de Gabinete – Dr. Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Noroeste News • Fala Caraguá • Tamoios News • Diário Caiçara • G1 Vanguarda • Jornal do Litoral • LN21+ • Repórter Online Litoral

Índice

Redes Sociais.....	3
Boca no Trombone em Caraguatatuba.....	3
Reunião com o Governador Tarcísio de Freitas ao lado dos prefeitos do Litoral Norte.....	3
Política.....	4
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
Noroeste News.....	12
Governo Municipal intensifica fiscalização contra descarte irregular de resíduos sólidos em Caraguatatuba.....	13
Visita Vereadores na Casa de Saúde Stella Maris.....	14
Prefeitos do Litoral Norte defendem pautas essenciais à região em reunião com Governo do Estado.....	15
Vereadores de Caraguá criam duas comissões de assuntos relevantes em sessão ordinária.....	16
Cotidiano.....	17
Folha de São Paulo.....	17
Folha de São Paulo.....	18
Folha de São Paulo.....	19
O Estado de São Paulo.....	20
TCE suspende licitação de R\$ 100 mil da Câmara de Caraguatatuba para compra de iPhones.....	21
Gerais.....	22
Agentes da Guarda Civil de Caraguatatuba atendem ocorrência de violência doméstica..	22
Cultura - Local.....	23
Projeto Guri – Polo Fundacc está com inscrições abertas para novos alunos.....	23
Entrevistas passadas.....	25
Entrevista ao vivo com o vice-prefeito e secretário de Serviços Públicos, Sérgio Braz, para o Bom Dia Vanguarda.....	25
Clipping Eletrônico.....	26
Entrevista com a secretária de Turismo, Bianca Colepicolo.....	26

Redes Sociais

26.02.2025

Boca no Trombone em Caraguatatuba



Reunião com o Governador Tarcísio de Freitas ao lado dos prefeitos do Litoral Norte

Ontem (26/2) o prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva, esteve presente no Palácio das Bandeirantes em uma reunião produtiva com o governador Tarcísio de Freitas, ao lado dos prefeitos do Litoral Norte e de Bertioga. Foram levadas demandas essenciais para a região, com foco em investimentos para infraestrutura, mobilidade, saúde e qualidade de vida em nossa cidade.

Confira o link completo [aqui](#).

Política

Folha de São Paulo

EUA dizem ser antidemocrático multar empresa americana em menção a STF; Itamaraty reage

Comitê do Congresso americano aprova projeto de lei sobre sanções a autoridades que, segundo o país, violem a liberdade de expressão

Julia Chaib

WASHINGTON O Departamento de Estado dos EUA, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, publicou nesta quarta-feira (26) mensagem com referência implícita ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e disse que punir empresas americanas por se recusarem a praticar censura vai contra os valores democráticos.

O governo Lula (PT) reagiu por meio do Itamaraty, e disse que a gestão do presidente Donald Trump distorceu as ordens do tribunal e lamentou o que chamou de "tentativa de politizar decisões judiciais".

A declaração americana se refere à determinação de Moraes de suspender a plataforma Rumble no Brasil, sob o argumento de que descumpra decisões judiciais.

"O respeito pela soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil", escreveu o perfil do Escritório do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado de Trump no X. "Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos Estados Unidos é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão."

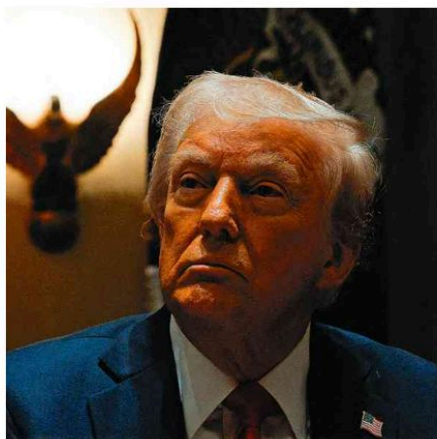
Minutos depois, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil replicou a mensagem.

Também nesta quarta, o comitê judiciário da Câmara dos EUA, equivalente no Brasil à CJC (Comissão de Constituição e Justiça), aprovou o projeto da republicana Maria Elvira Salazar que visa impor sanções, como cassar o visto, de autoridades estrangeiras que violem a primeira emenda, de liberdade de expressão, nos EUA.

A proposta "No Censors on our Shores Act" (Sem Censuras em nosso território) estabelece a deportação e o veto de entrada nos EUA a qualquer estrangeiro que atue contra o trecho da Constituição americana. Bolsonaristas afirmam que Moraes se enquadraria na norma.

A aprovação da proposta e a declaração do Departamento de Estado ocorrem dias depois de o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ter conversado com diplomatas americanos sobre o tema, como mostrou a Folha, e diante de uma ofensiva de aliados de Trump contra Moraes, incluindo o bilionário Elon Musk.

O filho de Jair Bolsonaro (PL) fez um périplo nas últimas semanas pedindo a autoridades dos EUA sanções contra o ministro do STF. Eles querem a cassação do visto do magistrado para os



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Bryan Snyder/Reuters

Estados Unidos como forma de pressionar os demais ministros e aliviar o processo de análise das acusações contra o ex-presidente — algo difícil de ocorrer.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirmou rejeitar "com firmeza, qualquer tentativa de politizar decisões judiciais" e ressaltar a importância da independência dos Poderes.

O comunicado afirma que o governo brasileiro foi pego de surpresa pela nota do Departamento de Estado dos Estados Unidos e que a postagem "distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente, inclusive a exigência da constituição de representantes legais a todas as empresas que atuam no Brasil".

A pasta ainda diz que a liberdade de expressão deve ser exercida no Brasil "em consonância" com "os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal". Depois, cita que o Estado brasileiro e as instituições foram alvo de "orquestração antidemocrática".

Em publicação no X sem referência direta ao caso, Lula disse que, em conversa com os presidentes da Espanha, Chile, Colômbia e Uruguai, reafirmou o compromisso com o fortalecimento da democracia e discutiu ações para combater a desinformação e "o uso malicioso das redes sociais e de outras tecnologias que alimentam o extremismo".

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que deve assumir um ministério de Lula, afirmou por sua vez que "a articulação bolsonaris-

ta pela lei aprovada num comitê do Congresso dos EUA contra a soberania das decisões do STF no Brasil é um crime de lesa-pátria".

"O inegável, seus parentes e foragidos da Justiça brasileira estão desafiando, mais uma vez, as instituições brasileiras e mostrando a quem eles realmente servem: a um país estrangeiro".

O embate com Moraes nos EUA chegou aos tribunais depois que a empresa de mídia de Trump, a Truth Social, e a Rumble, plataforma de vídeos, recorreram à Justiça na Flórida para que as ordens do ministro sejam declaradas ilegais.

A plataforma de vídeo afirma que o ministro do STF extrapolou sua competência ao pedir o encerramento da conta do influenciador bolsonarista Allan dos Santos e solicitar às plataformas que forneçam seus dados de usuário.

Na nota do Departamento de Estado, embora Allan não seja citado, ele é uma das pessoas a que se refere o governo Trump quando reclama da imposição de "multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos Estados Unidos".

Um dia antes de a nota ser publicada, a juíza Mary S. Scriven negou pedido de liminar protocolado pelo Rumble e pela Trump Media & Technology para que ordens de Moraes não sejam cumpridas nos Estados Unidos. A magistrada fez isso, porém, afirmando que as decisões do ministro já não se aplicam ao país se os réus não forem intimados pelos protocolos da Convenção de Haia e de um tratado entre o país e o Brasil. **Leia mais em Mundo e Mercado.**

Folha de São Paulo

PGR fatia denúncia de trama golpista com textos idênticos e gera polêmica

Tramitação e julgamentos separados podem levar a contradições, dizem especialistas

Renata Galf

SÃO PAULO Apesar de ter fatiado a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 33 pessoas pela trama golpista em cinco peças separadas, a PGR (Procuradoria Geral da República) manteve conteúdo idêntico em todas elas, com exceção do parte inicial e final onde são listados os acusados em cada uma.

Isso indica que, aceitas as denúncias, as ações penais devem tramitar de modo separado no STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo especialistas em direito penal, caso a tramitação de fato seja separada, pode haver prejuízo para a atuação das defesas dos acusados, já que as condutas e provas discutidas em uma ação podem ter impactos nas outras.

Também dizem que o ideal seria que os denunciados tivessem julgamento conjunto, de modo a evitar que haja contradição entre as decisões finais em uma ou outra ação e que um mesmo fato seja eventualmente interpretado e valorado de modos distintos.

Questionada quanto ao motivo da opção pelo fatiamento e se entende que o julgamento deveria ser conjunto ou separado, a Procuradoria disse apenas, via assessoria, que "a apresentação das denúncias reflete a estratégia processual adotada pelo PGR como titular da ação penal".

Sobre outros casos em que tenha fatiado denúncias com conteúdos idênticos, o órgão disse que não tem esse levantamento.

Bolsonaro foi acusado formal-



O procurador-geral Paulo Gonet. Pedro Ladeira - 19.fev.25/Folhapress

mente pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, sob acusação de liderar uma tentativa de golpe de Estado. Na mesma denúncia estão outras sete pessoas, que, segundo a PGR, formavam "o núcleo crucial da organização criminosa".

Os demais foram acusados na mesma data, como integrantes da mesma organização criminosa, mas com funções distintas, como o núcleo de "operações estratégicas de desinformação". Apontado como integrante desse último núcleo, o ex-apresentador da Jovem Pan Paulo Figueiredo, que mora nos Estados Unidos,

foi denunciado sozinho.

Ministros do STF preveem julgar o ex-presidente ainda em 2025, antes do ano eleitoral.

Raquel Scalcon, professora de direito penal da FGV e advogada, diz que o fatiamento geralmente acontece quando é preciso adicionar um novo acusado mais tarde ou quando surgem novas informações, mas que é incomum a divisão para denúncias feitas num mesmo momento.

Ela considera que a tramitação separada pode ter impacto na ampla defesa e no contraditório do processo e que pode haver uma dificuldade de delimitar

Não punir trama golpista incentiva golpe, diz Barroso

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, afirmou nesta quarta-feira (26), que, na visão da corte, não punir adequadamente os crimes cometidos no 8 de janeiro é um incentivo para que a situação se repita.

"Quem perder da próxima vez pode achar que pode fazer a mesma coisa. Portanto, nós precisamos encerrar o ciclo da história brasileira em que a quebra da legalidade constitucional fazia parte da rotina como sempre foi", alertou o ministro.

A fala de Barroso foi feita durante o painel "Segurança Jurídica no Brasil", incluído no evento CEO Conference Brasil 2025, promovido pelo banco de investimentos BTG Pactual. O seminário ocorreu no hotel Hyatt, em São Paulo.

o que cada acusado fez.

"Como é que o que foi dito em um processo vai reverberar no outro? Como é que as defesas vão se defender disso?", questiona ela. Davi Tangerino, professor de direito penal da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e advogado criminalista, avalia que é uma garantia constitucional que uma situação jurídica não se estenda indefinidamente e que uma ação com 34 réus demoraria muito tempo. Nesse contexto, não vê problema no fatiamento.

Mesmo com tramitação separada, ele avalia que o ideal seria a realização de um julgamento conjunto. "Se você julga todo mundo junto, você diminui o risco de ter decisões contraditórias", diz.

Ele diz que o mais eficiente seria permitir, desde o princípio, que as partes de um processo possam participar da inquirição de uma testemunha de outra ação.

O advogado Vinícius Assumpção, doutor em direito pela UnB (Universidade de Brasília) e diretor do IBCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), vê como principal risco a contradição entre as provas e oitivas de testemunhas em cada processo.

Quanto a poder haver participação cruzada das defesas nas diferentes ações ou de julgamento conjunto, ele não vê como uma possibilidade real, argumentando que seria muito difícil de alinhar e que a opção pelo fatiamento aponta para outra direção.

"Inevitavelmente, em um e outro processo, haverá maiores questionamentos da defesa", diz.

Para Gustavo Badaró, professor de direito processual penal da USP (Universidade de São Paulo) e advogado criminalista, o fatiamento gera grande prejuízo para as defesas dos acusados, que teriam uma visão parcial dos fatos, frente à acusação, que preservaria uma visão global.

Folha de São Paulo

Com Bolsonaro, 7 dos últimos 8 ex-presidentes já foram denunciados

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Acusado de liderar uma tentativa de golpe de Estado, Jair Bolsonaro (PL) é pelo menos o sétimo ex-presidente do Brasil desde a redemocratização a ser denunciado à Justiça sob suspeita de algum crime.

Os outros ex-mandatários denunciados foram José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer.

A maioria deles enfrentou acusações criminais a partir da Operação Lava Jato e seus desdobramentos. Hoje, a maior parte dos processos já está encerrada.

Bolsonaro foi denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) no último dia 18 sob acusação de liderar uma trama golpista para mantê-lo no poder após as eleições de 2022 e impedir a posse do presidente Lula.

O atual presidente da República, Lula, chegou a ser réu em 11 ações penais, não de maneira simultânea, nos anos da Lava Jato. Em um desses processos, o do

tríplice de Guarujá, foi condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e ficou preso por 580 dias, entre 2018 e 2019. Posteriormente, o STF (Supremo Tribunal Federal) anulou essa e outra sentença criminal contra o petista.

Uma a uma, Lula foi obtendo vitórias na Justiça e se livrou das acusações.

Uma das denúncias contra ele também envolvia a sua sucessora e afilhada política, Dilma: os dois petistas foram acusados em 2017, pelo então procurador-geral Rodrigo Janot, de integrar organização criminosa. O caso tramitou em primeira instância, e os dois foram absolvidos.

O emedebista Michel Temer, que assumiu depois da presidente, teve três denúncias oferecidas pela PGR contra ele enquanto ainda estava no cargo, entre elas uma sobre o suposto aval dado ao empresário Joesley Batista para a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, em 2017.

Em 2019, já fora do Palácio do Planalto, o ex-presidente che-

gou até a ser preso preventivamente no âmbito da Lava Jato do Rio de Janeiro em meio a investigação relativa à estatal Eletrobrás. Esses processos, porém, não resultaram em condenações na Justiça.

Também no âmbito da Lava Jato, José Sarney (MDB) foi denunciado duas vezes em 2017 por Rodrigo Janot. Um dos casos foi arquivado por prescrição e outro rejeitado, em 2023, pelo STF.

A situação jurídica mais delicada atualmente é a de Fernando Collor (hoje filiado ao PRD), denunciado pela PGR sob acusação de participação em um esquema de corrupção na BR Distribuidora.

Nesse caso, o ex-presidente foi condenado em 2023 pelo STF pela prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, com pena fixada em oito anos e dez meses de prisão. Ainda há recursos pendentes na corte, porém, e ele não foi preso.

Também na Lava Jato, depoimentos de delação chegaram a implicar o ex-presidente Fernan-



Os presidentes desde o fim da ditadura militar

- José Sarney (PMDB)
- Fernando Collor (PRN)
- Itamar Franco (PMDB)
- Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
- Lula (PT)
- Dilma Rousseff (PT)
- Michel Temer (MDB)
- Jair Bolsonaro (PSL)
- Lula (PT)

do Henrique (PSDB), mas não houve acusação criminal formalizada contra ele.

O empresário Emílio Odebrecht afirmou em delação premiada que Fernando Henrique teria recebido pagamentos ilícitos em campanhas presidenciais, mas o caso não avançou para uma denúncia. Em 2017, a Justiça Federal entendeu que os fatos narrados já estavam prescritos.

Um outro processo mais antigo envolvendo um ex-presidente do período pós-ditadura militar tramitou nos anos 2000, quando a PGR ofereceu denúncia criminal contra o ex-presidente Itamar Franco, que morreu em 2011. A Procuradoria o acusou, na época em que era governador de Minas Gerais, de ter ofendido a honra de Fernando Henrique, quando este ocupava o Palácio do Planalto.

Itamar teria acusado FHC de liberar verbas públicas para integrantes do então PMDB (atual MDB), com o objetivo de influenciar o resultado da convenção nacional do partido. O processo também foi arquivado por prescrição.

Folha de São Paulo

Avaliação negativa de Lula supera positiva em 7 estados, diz Quaest

Dos estados pesquisados, só BA e PE têm um índice negativo menor do que 50%

Matheus Tupina

SÃO PAULO Pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta (26) reforça as más notícias sobre a avaliação de governo e a projeção de Lula (PT) para as eleições de 2026.

O levantamento mostra aumento nas opiniões negativas sobre seu mandato em oito estados pesquisados, inclusive em dois do Nordeste — Bahia e Pernambuco — onde as considerações negativas estão em alta, e as positivas, em queda.

Esses dois estados são os únicos em que Lula aparece à frente de Jair Bolsonaro (PL) na disputa da Presidência em 2026, quando o petista deve buscar a reeleição. O ex-presidente, porém, está inegável por decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) até 2030.

A pesquisa realizada em oito estados, não é comparável com le-

vantamentos nacionais anteriores da Quaest. O último com essa abrangência, do final de janeiro, tinha avaliação negativa do governo superando a positiva por primeira vez na série histórica.

Agora, em São Paulo, Lula marcou 55% de avaliações negativas, ante 16% de positivas e 27% de regulares, (2% não sabem ou não quiseram responder). Quadro semelhante ao dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em Minas, essencial para a vitória de Lula em 2022, a reprovação é de 51%, a aprovação, de 22% e 25% o consideram regular.

A maior reprovação está no Paraná e em Goiás: 59% e 58%.

Já a maior avaliação positiva está em Pernambuco, com 33%, seguida pela Bahia, com 30%. No caso do primeiro, o índice empata na margem de erro com o de opiniões negativas (37%). Já no

segundo, são 38% de opiniões negativas, acima das positivas.

No Rio Grande do Sul, a avaliação do governo Lula em fevereiro de 2025 foi negativa para 52%, regular para 28% e positiva para 19%.

A pesquisa foi feita presencialmente com eleitores de 16 anos ou mais, da última quarta (19) até o domingo (23). Foram entrevistadas de 1.104 a 1.482 pessoas na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais, no Paraná, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

As margens de erro são de três pontos percentuais para todos, exceto para os paulistas, onde é de dois pontos.

Os cenários pesquisados para a eleição de 2026 também não são bons para o petista. Contra Bolsonaro, inegável até 2030, Lula teria vantagem em um hipoté-

59%

dos entrevistados do Paraná reprovam o governo Lula, segundo a Quaest, maior índice negativo

33%

dos entrevistados de Pernambuco avaliaram positivamente o governo Lula, maior índice positivo do petista, segundo a Quaest

tico segundo turno apenas nos dois estados do Nordeste.

Em São Paulo, o ex-presidente teria 45% das intenções de voto, ante 36% de Lula. Em Goiás, a diferença é maior, com 50% a 30%, como no Paraná, com 51% a 30%.

Há empates técnicos em Minas (42% de Bolsonaro e 40% de Lula) e no Rio (ambos com 41%), e uma apertada vantagem de Bolsonaro no Rio Grande do Sul (44% a 38%).

Contra Tarcísio de Freitas (Republicanos), cotado no campo bolsonarista pela inelegibilidade do ex-presidente, a situação é parecida: Lula perderia em São Paulo, Goiás e Paraná, venceria na Bahia e em Pernambuco e empata tecnicamente em Minas, Rio e Rio Grande do Sul.

A rejeição de Lula complica sua eventual candidatura. Em São Paulo, Lula é rejeitado por 66%, em Minas por 62%, no Paraná, 68% e no Rio, por 58%.

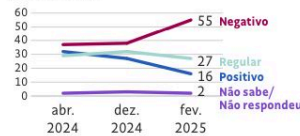
Bahia e Pernambuco seguem como os dois estados onde Lula ainda tem bons números: 59% e 58%, respectivamente, afirmam que o conhecem e votariam nele.

O levantamento da Quaest é financiado pela corretora de investimentos digital Genial Investimentos, controlada pelo banco Genial.

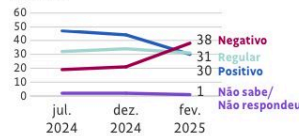
Avaliação do governo Lula

Em %

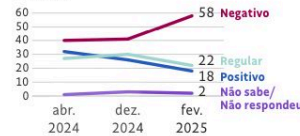
Em São Paulo



Na Bahia



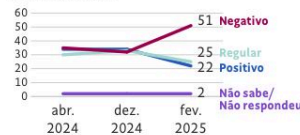
Em Goiás



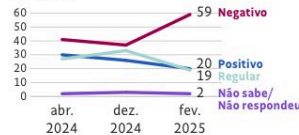
No Rio Grande do Sul



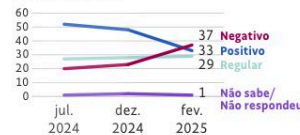
Em Minas Gerais



No Paraná



Em Pernambuco



No Rio de Janeiro



Margem de erro de 2 p.p. em SP e 3 p.p. nos demais estados Fontes: Pesquisa Genial/Quaest

Folha de São Paulo

Bancada evangélica reproduz polarização nacional e elege nome apoiado por Bolsonaro

A Frente Parlamentar Evangélica 'tem que ser a frente que dialoga com todo mundo, que não seja uma coisa que radicalize', diz líder

Marianna Holanda e
Anna Virginia Balloussier

BRASÍLIA O deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP) foi eleito novo presidente da Frente Parlamentar Evangélica nesta terça (25), após uma reedição de embaite da polarização entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

Ele derrotou Otoni de Paula (MDB-RJ), que já foi fiel escudeiro de Bolsonaro no Congresso, se aproximou de Lula no ano passado, e passou a ser tratado como governista por adversários.

Nascimento é mais próximo de Bolsonaro e tratado por adversários como linha auxiliar do pastor Silas Malafaia —que diz não ter nada a ver com este pleito.

Foi eleito com 117 votos a 61 para Otoni. Houve cinco em branco. O mandato será de dois anos.

Uma terceira candidata, Greyce Elias (Avante-MG), deixou a disputa, após apelo de Bolsonaro, segundo relatos. Os dois primeiros nomes eram os mais cotados.

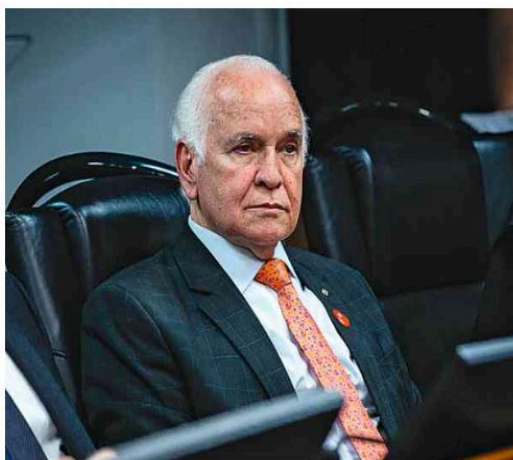
A votação, em papel, durou cerca de três horas e mobilizou integrantes do governo e da oposição. Segundo quem acompanha de perto os trabalhos, há muito tempo não havia tanta gente engajada na escolha.

A disputa para escolher o nome que comandará uma das maiores bancadas temáticas do Congresso é inédita. Inicialmente, estava marcada para dezembro, mas foi adiada diante do racha.

Enquanto a votação esteve aberta, senadores como Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Damare Alves (Republicanos-DF) estiveram lá para apoiar Nascimento.

Segundo integrantes da oposição, votaram em peso nomes de parlamentares da base aliada que, apesar de pertencerem à frente, são menos atuantes.

A votação foi presidida pelo



O deputado federal Gilberto Nascimento Ronny Santos - 30.ago.24 / Folhapress

atual presidente, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), que fez um arranjo com o colega Eli Borges (PL-TO) em 2023. Era temporada eleitoral entre deputados evangélicos, e havia impasse sobre qual seria ungido pelos pares.

Ao anunciar o resultado, Câmara acenou a Otoni, que disse defender a direita. Ele disse que, no plenário, a cada dez pronunciamentos em defesa dos valores cristãos, oito são do parlamentar.

Antes do resultado final, Otoni disse à Folha que não era candidato governista, mas que Bolsonaro oficializou a polarização.

Apesar de todos reconhecerem maior afinidade de um ou outro candidato com Lula ou Bolsonaro, deputados se queixam da politização da disputa.

Nascimento esquivou-se de responder se aceita o rótulo de bolsonarista. "O Brasil hoje virou este Fla-Flu. A frente tem deputados que vão do PSOL ao PL. Não dá para colocar isso [ser bolsonarista] de uma forma tão determi-

nada, correto?"

Apesar do inegável elo com o bolsonarismo, o deputado é tomado como uma voz mais moderada no campo. Certamente bem mais do que Nikolas Ferreira (PL-MG) e Marco Feliciano (PL-SP), para citar dois colegas da bancada religiosa que fazem barulho na oposição a Lula.

A Frente Parlamentar, continua Nascimento, "tem que ser a frente que dialoga com todo mundo, que não seja uma coisa que radicalize".

E com a gestão Lula? Nascimento também evita dar uma resposta definitiva. Diz que o bloco "não precisa dialogar com governo", mas na sequência afirma que terá "a porta sempre aberta, sempre pronto para dialogar", pois "não podemos, de qualquer forma, fechar porta para nenhum diálogo".

Ele chamou Otoni, o oponente derrotado, de amigo e alguém que conhece "desde muito joventinho".

Folha de São Paulo



O ministro Flávio Dino, do STF, em audiência de conciliação sobre emendas parlamentares. Gabriela Biló - 1º.ago.24/Folhapress

Dino homologa acordo com Congresso, mas não libera todas as emendas bloqueadas

Veto a emendas Pix sem proposta aprovada e suspensões anteriores seguem mantidas; Motta e Alcolumbre celebram acordo com ministro

Ana Pompeu e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou o plano apresentado pelo Congresso Nacional para liberar as emendas parlamentares. O magistrado, porém, manteve as suspensões referentes às entidades do terceiro setor.

Também exigiu que as transferências diretas para estados e municípios, popularmente chamadas de emendas Pix, só sejam pagas com apresentação de planos de trabalho. Além disso, reforçou a determinação de que as emendas não poderão crescer

num ritmo superior ao do arcabouço fiscal, das despesas discricionárias do governo ou a variação da receita corrente líquida.

Na decisão desta quarta-feira (26), o relator afirmou que, caso a decisão seja referendada pelo plenário da corte, não há mais impedimento para a execução das emendas parlamentares ao Orçamento de 2025, bem como as relativas a exercícios anteriores.

Mas o ministro ressaltou que a homologação do acordo não é definitiva, que continuará atento para que o acordo seja cumprido e deu prazo até 30 de maio para que o Congresso preste novas

informações sobre o andamento dos ajustes técnicos e legislativos prometidos.

Dino deu novos recados ao Congresso sobre o tema. Ele declarou que novos diálogos serão necessários para lidar com todas as questões ainda existentes e que os inquéritos e ações judiciais em andamento sobre uso irregular da verba serão mantidas, "a fim de que as sanções correspondentes sejam aplicadas".

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), comemorou a homologação. Disse que é resultado de diálogo entre os Poderes e do "reconhecimento

Verba de emendas explodiu a partir de 2020

As emendas parlamentares movimentaram mais de R\$ 148,9 bilhões nos últimos cinco anos. Mais de quatro vezes os R\$ 32,8 bilhões gastos de 2015 a 2019.

Do total pago nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 74 bilhões são das emendas individuais, R\$ 29,5 bilhões em bancadas estaduais, e R\$ 9 bilhões partiram das comissões temáticas.

O aumento do controle do Orçamento pelo Congresso tornou órgãos públicos dependentes das indicações. O Ministério dos Esportes, por exemplo, teve mais de 74% dos seus recursos discricionários (de execução não obrigatória) em 2024 definidos por emendas.

das prerrogativas parlamentares".

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), manteve a mesma linha de Motta, exaltando um "importante resultado para o Brasil".

Em sua decisão, Dino disse que a harmonia entre os Poderes não afasta o dever do Judiciário de atuar quando for preciso. O ministro diz, ainda, que o plano de trabalho conjunto estabelece trilhos para que haja maior transparência e rastreabilidade na execução das emendas. Mas que na prática ainda há muito o que ser feito, citando o volume de recursos destinado a esses repasses.

O ministro cancelou uma audiência de conciliação marcada para esta quinta (27) com representantes do Congresso. De acordo com Dino, nova reunião poderá ser marcada após a análise da homologação do plano pelo plenário do STF, para o acompanhamento de sua implementação.

As Mesas Diretoras da Câmara e do Senado prometeram na terça (25) individualizar os autores das emendas de relator e de comissão para tentar destravar a execução desses recursos. Essas emendas são alvo de críticas por não identificarem o parlamentar responsável por decidir como seria gasto o dinheiro público.

Em resposta encaminhada ao STF, o Congresso listou medidas que serão adotadas para dar mais transparência e rastreabilidade a esses recursos, como a padronização de atas com as decisões das bancadas estaduais e comissões temáticas sobre a escolha de como serão gastas as verbas e planilhas para que deputados e senadores indiquem o beneficiário.

O Legislativo ainda se compromete a aprovar um projeto de resolução com essas normativas e determinar que as comissões votem, até 31 de março, se concordam com a forma como foram distribuídas as emendas de 2024.

Flávio Dino determinou em agosto passado que o governo federal suspendesse o pagamento das emendas parlamentares.

O Estado de São Paulo

Redes sociais

Bloqueio de plataformas pelo Brasil é antidemocrático, diz governo Trump

— Departamento de Estado afirma ainda que multar empresas sediadas no EUA é ato ‘incompatível com os valores democráticos’; embaixada americana compartilha texto

ADRIANA VICTORINO
RAISA TOLEDO

O Departamento de Estado dos Estados Unidos criticou ontem o bloqueio de redes sociais pela Justiça do Brasil, classificando as decisões como “censura”. O órgão, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, fez uma publicação no X na qual afirma que tais medidas são “incompatíveis com os valores democráticos”. A postagem não cita o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e foi compartilhada pela embaixada dos EUA no País.

Por meio do Itamaraty, o governo Lula reagiu e condenou o que considerou uma tentativa de distorcer e politizar decisões judiciais. “A manifestação distorce o sentido das decisões do STF, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente. A liberdade de expressão brasileira deve ser exercida, no Brasil, em consonância com os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal”, diz a nota (*mais informações nesta página*).

Segundo a postagem do governo de Donald Trump, “o respeito à soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil”. “Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos Estados Uni-

dos por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos EUA é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão”, afirma o texto publicado no perfil do Escritório do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado.

Esta é a primeira vez que o governo Trump faz menção ao assunto. Apesar de não citar Moraes diretamente, a manifestação faz referência implícita à decisão do magistrado sobre a plataforma Rumble.

Nasemana passada, o ministro do Supremo determinou o bloqueio da Rumble no País, sob o argumento de que a rede de vídeos cometeu “reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário brasileiros”. Moraes havia exigido que a empresa indicasse um representante no Brasil. O bloqueio é por tempo indeterminado, até o cumprimento da ordem judicial e o pagamento de multas. Além disso, o magistrado tinha pedido a suspensão da conta do bloqueio bolsonarista Allan dos Santos na plataforma.

SOBERANIA. A Rumble e a Trump Media, empresa ligada ao presidente americano, processaram Moraes nos Estados Unidos, acusando-o de violar a soberania americana. A ação tramita em um tribunal federal da Flórida. As empresas ale-



Lula e o chanceler Mauro Vieira, em Brasília; resposta aos EUA

“O respeito à soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil. Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos Estados Unidos por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos EUA é incompatível com os valores democráticos”

Departamento de Estado dos Estados Unidos
Em publicação no X

gam que o ministro violou a lei americana ao ordenar à Rumble a suspensão da conta de Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira e alvo de mandado de prisão preventiva por dis-

seminação de desinformação e ataques ao Supremo.

Rumble e Trump Media entraram com pedido de liminar em um tribunal dos EUA contra Moraes que foi negado. Na decisão, a juíza Mary Scriven não analisou o mérito da ação, argumentando que as decisões do brasileiro não se aplicam nos Estados Unidos e não houve qualquer tentativa de impor seu cumprimento em território americano.

PROJETODE LEI. Ainda no mais recente embate de Moraes com plataformas digitais, o Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA aprovou ontem um projeto de lei criado para barrar o ministro. O comitê tem atribuições semelhantes à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

da Câmara dos Deputados, e o projeto deve ir a plenário.

O dispositivo “No Censors on our Shores Act” (“Sem Censura em nosso Território”) prevê que autoridades estrangeiras que atuarem contra a liberdade de expressão de americanos sejam impedidas de entrar nos EUA ou possam ser deportadas. Um dos autores da proposta, o deputado republicano Darrell Issa, da Califórnia, disse no X: “Censure um cidadão americano e você não será bem-vindo”.

O nome de Moraes não aparece no texto, mas seus autores – além de Issa, a republicana María Elvira Salazar – já o chamaram de “aplicador da censura”. Em nota, María Elvira, da Flórida, disse que “o juiz da Suprema Corte do Brasil Alexandre de Moraes é a vanguarda de um ataque internacional à liberdade de expressão contra cidadãos americanos como Elon Musk”, em referência ao dono do X e secretário de Trump. Nesta semana, Musk sugeriu sanções ao ministro.

O projeto que avançou ontem foi apresentado em setembro, pouco depois de o X ter sido suspenso no Brasil por ordem do ministro, após descumprir decisões judiciais. Parlamentares bolsonaristas comemoraram a aprovação. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) postou no X que o texto “não tardará para virar lei”. A deputada Bia Kicis (PL-DF) foi outra a elogiar a decisão. ●

O Estado de São Paulo

5_101



William Waack

Lula é a marca

Os últimos resultados de pesquisas reiteram que o problema do governo não é de comunicação, mas de quem o chefia. Lula cobra de seus ministros e especialmente de seu marqueteiro uma marca ignorando que ela já existe: é ele mesmo.

A marca enfrenta uma tempestade perfeita. O presidente é maior que seu partido e o conjunto de forças de esquerda. Ocorre que, nesse lado do espectro político, conforme bem demonstrado nas eleições municipais, tudo encolheu, enquanto as forças adversárias sociais e políticas se expandiram.

Há, porém, elementos indicando que é substancial o fenômeno de fadiga de material. Nas broncas que Lula distribuiu a ministros, ele mesmo admite que seu governo não é original (não tem “marca”), não é eficiente (“não está entregando”) e não desfruta de confiança (“não comunica bem”).

Lula 3 insistiu de saída em decisões políticas que criaram a armadilha fiscal na qual se encontra, e que está na raiz das pressões inflacionárias – o ácido corrosivo de popularidade. Essas decisões vieram do apego do presidente a ideias erradas, especialmente a de que basta injetar dinheiro pa-

ra fazer a economia crescer. Crenças desse tipo explicam, em boa parte, a insistência de Lula em caminhos que não trouxeram benefícios po-

Ele é a figura central e o principal símbolo na comunicação do governo

lítico-eleitorais. A ausência de um Estado-Maior digno do nome e a teimosia de um ancião embebecido de si mesmo produziram a tal “desconexão com a realidade” – para Lula e

seus auxiliares, é impossível sequer aceitar a hipótese de que uma parcela enorme e crescente do público o rejeita como figura política.

Políticas assistencialistas que antes impulsionavam a “marca” Lula hoje são vistas como política de Estado. O Brasil registra uma importante mudança social, que está fora dos cálculos políticos do presidente e de seus especialistas em comunicação. É um mix complicado de valores que ressaltam a centralidade de escolhas por parte do indivíduo e não as benesses providas pelo Estado.

Para enfrentar esse con-

junto adverso Lula comparece quase que diariamente a palcos montados com público organizado. Algumas performances foram contraproducentes, ou até patéticas, se comparado o Lula cansado e repetitivo de hoje ao encantador de multidões de 20 anos atrás.

Sim, inflação é ruim para qualquer governante. Pior ainda quando ele não é mais capaz de vender um “sonho”, um futuro. Desse ponto é muito rápido para ser visto como pesadelo. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEO. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUIL. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Noroeste News

Noroeste News

- 03 -

26 de fevereiro de 2025

Mateus Silva, afirma que assumiu o município num “quadro de penúria”

“Uma mistura de incompetência com má vontade política”, classificou o prefeito atual, sobre a situação em que o ex-prefeito Aguilar Júnior (PL), deixou a prefeitura. Pesquisas às vésperas das eleições do ano passado apontavam que a administração Aguilar Júnior era rejeitada por 73% da população.

O prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva (PSD), reuniu a imprensa nesta segunda-feira, dia 24, para fazer um balanço dos seus primeiros 55 dias de governo. Na coletiva realizada na Secretaria Municipal de Educação, o prefeito esteve acompanhado do vice-prefeito, Sérgio Braz; de seus secretários; da primeira dama, Dra. Talita Carneiro; do presidente da Câmara, Antônio Carlos Júnior; e, de vários vereadores.

Mateus Silva, sempre muito tranquilo e seguro, falou sobre o início de sua gestão, os problemas financeiros e estruturais encontrados na prefeitura, sempre usando imagens e documentos projetadas através de um telão, para fortalecer e justificar as suas colocações. A coletiva do prefeito foi transmitida pelas redes sociais para a toda a população.

Logo após a sua explanação, que durou cerca de meia hora, Mateus Silva atendeu por cerca de uma hora e meia, jornalistas de órgãos de imprensa do Litoral Norte e Vale do Paraíba. O jovem prefeito, não deixou de responder nenhuma das perguntas feitas pelos jornalistas presentes à coletiva de imprensa. E, deixou claro, que apesar de todos os problemas enfrentados nesses quase dois meses de governo, a cidade de Caraguatatuba continuará crescendo e se desenvolvendo.

“Poderia passar o dia todo aqui falando e mostrando todas dessas mazelas, porém, não seria produtivo. Esses são apenas alguns dos graves desafios que enfrentamos e que ainda enfrentaremos por algum tempo, mas vamos vence-los. A ideia era mostrar o que foi deixado no passado e o que foi herdado pela nossa administração”, comentou. O prefeito colocou à dispo-

sição de todos os documentos que embasaram o seu pronunciamento.

Administração Aguilar Júnior

Sobre a situação que encontrou a prefeitura, após o ex-prefeito Aguilar Júnior deixar a administração: “É desolador. Sem medo de errar, é doloroso o quadro de penúria em que o município se encontra. No mínimo é um relaxo com o dinheiro público. Manutenção, não existia. Uma mistura de incompetência com má vontade política. Este sucateamento e deterioração resultam no desalento dos funcionários, na queda da produtividade, na precariedade do atendimento às demandas, na piora da relação com os municípios, no atraso das entregas à população. Para reverter tudo isso, é preciso de mais recursos e muito mais tempo”, comentou Mateus Silva.

Finanças

Segundo Mateus, o ex-prefeito usou as redes sociais e programa de rádio para informar que deixou R\$ 84 milhões em caixa e que o dinheiro poderia ser usado para pagar fornecedores. “O que não foi dito é que aproximadamente 90% desse valor estava comprometido com despesas obrigatórias, ou seja, verba carimbada, que não pode ser usada para outro fim senão ao que está destinada. Desse valor, só R\$ 8,7 milhões podiam ser realmente usados para pagar fornecedores”, explicou o prefeito.

Fornecedores

O prefeito contou que desde março do ano passado, o então prefeito Aguilar Júnior, havia deixado de pagar 120 empresas fornecedoras da prefeitura. “Existem notas de R\$ 68,00 e até valores milionários, e dívida passava dos R\$ 74 milhões. Boa parte desses



fornecedores, fizemos acordo e já conseguimos pagar”, adiantou Mateus.

Empréstimos

O ex-prefeito Aguilar Júnior teria contraído empréstimos na ordem de R\$ 314 milhões, apesar do orçamento na ordem de R\$ 1,4 bilhão que teve apenas em 2024. “Foram contraídos empréstimos que vão comprometer não apenas esta, mas as futuras gestões, já que há dívidas que ultrapassam quatro anos. São R\$ 314 milhões de empréstimos. R\$ 69 milhões a pagar apenas este ano. Em quatro anos o valor é mais de R\$ 277 milhões. Algumas dívidas só terminam em 2033”, lamentou o prefeito.

Ônibus

Segundo o prefeito Mateus, o ex-prefeito Aguilar Júnior, em novembro do ano passado, autorizou um aditamento contratual que atualizou o subsídio pago à empresa de transporte coletivo de R\$ 10,68 para R\$ 14,32 reais, além do valor pago pelo município na tarifa. “Isso representa um aumento de 35% a mais nos gastos públicos (cerca de R\$ 30 milhões em 2025) com transporte. Esse é um dos contratos que está em revisão”, adiantou Mateus.

Saúde

Segundo o prefeito Mateus Silva, o ex-prefeito Aguilar Júnior deixou a saúde num verdadeiro caos, levando a cidade à beira de um colapso. “Falta de medicamentos essenciais, defasagem no quadro de profissionais, equipamentos sem manutenção, frota de veículos insuficiente para transporte

de pacientes, atendimento de urgência prejudicado devido ao sucateamento da frota de ambulâncias do SAMU. Foram algumas das situações encontradas na saúde”, explicou Mateus.

Com relação a Organização João Marchesi, responsável pela gestão da saúde, que deve ressarcir em R\$ 21 milhões os cofres públicos, conforme decisão do Tribunal de Contas, o prefeito adiantou que o contrato segue até abril, mas que já deverá iniciar um chamamento público para contratar uma nova organização visando a melhoria do atendimento à saúde.

Educação

Segundo Mateus, além dos problemas estruturais encontrados, a cidade foi inabilitada para receber recursos do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) em 2025, devido ao não cumprimento, ainda em 2024, da “Condicionalidade III”, que exige ações concretas para reduzir desigualdades educacionais. “O descaso representa uma perda de cerca de R\$ 6 milhões. O VAAR, complemento do Fundeb, é essencial para valorizar nossos profissionais e melhorar a educação pública”, afirmou.

O prefeito divulgou um relatório do Tribunal de Contas contendo uma série de apontamentos, entre eles: 50% dos alunos do 2º ano não atingiram fluência leitora; deficiências significativas no aprendizado de Matemática e Língua Portuguesa; cerca de 600 crianças fora da escola; déficit de professores e profissionais de apoio; e, cardápio da alimentação escolar inadequado.

Salim Burihan

Veículo
Tamoios News



Governo Municipal intensifica fiscalização contra descarte irregular de resíduos sólidos em Caraguatatuba

O governo municipal de Caraguatatuba, por meio da Secretaria de Serviços Públicos, intensificou a fiscalização para coibir o despejo irregular de poda, entulho e objetos inservíveis em calçadas, canteiros, praças, vias e áreas públicas da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caraguá



Visita Vereadores na Casa de Saúde Stella Maris

Estivemos na Casa de Saúde Stella Maris, acompanhada dos colegas vereadores Cristian Bota e Danster Fernandes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diario Caiçara



Prefeitos do Litoral Norte defendem pautas essenciais à região em reunião com Governo do Estado

Da Redação) As quatro cidades do Litoral Norte Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba e também Bertioga, representadas por seus respectivos prefeitos, participaram nesta quarta-feira (26/2) de uma reunião no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo para tratar de temas essenciais à região.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral
LN21+
Repórter Online Litoral



Vereadores de Caraguá criam duas comissões de assuntos relevantes em sessão ordinária

Na noite da última terça-feira (25), a Câmara Municipal de Caraguatatuba realizou a 04ª sessão ordinária do ano, na qual os parlamentares discutiram e aprovaram todas as proposições, incluindo a criação de duas Comissões de Assuntos Relevantes (CAR).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Folha de São Paulo

Petrobras anuncia queda de 70% no lucro em 2024, para R\$ 36,6 bi, e R\$ 9,1 bi em dividendos

Presidente da empresa, Magda Chambriard atribui resultado, menos da metade do esperado pelo mercado, a efeitos da desvalorização do real, que contribuiu para um prejuízo de R\$ 17 bi no 4º tri; ações caem 7% em NY

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras registrou lucro de R\$ 36,6 bilhões em 2024, queda de 70% ante o verificado em 2023. Segundo a empresa, o resultado reflete impactos da desvalorização do real ante o dólar, que contribuiu para um prejuízo de R\$ 17 bilhões no quarto trimestre.

Ainda assim, a estatal anunciou nesta quarta (26) que vai distribuir mais R\$ 9,1 bilhões em dividendos pelo resultado de 2024, elevando para R\$ 75,8 bilhões o valor aprovado ao longo do ano para remuneração aos acionistas.

Os ADR (recibos de ações negociadas em Nova York) caíram 7,17% no after market por volta das 22h, para US\$ 13,29.

O lucro anual ficou em menos da metade do projetado por bancos ouvidos pela Bloomberg, que esperavam US\$ 14,6 bilhões (R\$ 83 bilhões pela cotação atual).

A presidente da companhia, Magda Chambriard, disse no balanço que o resultado "se deve, fundamentalmente, a uma questão de natureza contábil que não afeta nosso caixa: a variação cambial das dívidas entre a Petrobras e suas subsidiárias no exterior".

O resultado financeiro da companhia ficou negativo em R\$ 82,5 bilhões. O diretor financeiro da estatal, Fernando Melgarejo, disse que é resultado de "operações financeiras entre empresas do mesmo grupo, que geram efeitos opostos que ao final se equilibram economicamente".

"Isso porque a variação cambial nessas transações entra no resultado líquido da holding no Brasil e impactou negativamente o lucro de 2024. Ao mesmo tempo, houve impacto positivo direto no patrimônio", disse.

Analistas ouvidos pela Folha afirmam que o principal motivo para o prejuízo no quarto trimestre foi a desvalorização do real.

"A queda no lucro é um efeito contábil apenas, por causa da

parcela da dívida em dólar, que também sobe quando o dólar sobe. Só que isso não é o fim do mundo, porque a empresa vende petróleo em dólar", afirma Ruy Hungria, analista da Empiricus.

Agora no primeiro trimestre, com a recente queda do valor da moeda americana, a tendência é que as contas se equilibrem. "Prevejo que no primeiro trimestre ela [a Petrobras] vai reportar um lucro tão grande que vai compensar o prejuízo do último trimestre", afirma Lucas Sigu Souza, sócio-fundador da Ciano Investimentos.

O dólar fechou 2024 cotado a R\$ 6,179, com alta de 27,50%. Nesta quarta, a moeda terminou o dia no valor de R\$ 5,796.

Magda defendeu no balanço que "o excelente resultado operacional e financeiro de 2024 demonstra, mais uma vez, a capacidade da nossa empresa de gerar valores que são revertidos para a sociedade e para os nossos investidores", afirmou a executiva.

Desconsiderando os eventos extraordinários, diz a Petrobras, o lucro de 2024 ficaria em R\$ 102,9 bilhões, queda de 19,7% em relação ao lucro recorrente de 2023.

A diferença, afirmou a companhia, reflete a "deterioração do ambiente externo com a redução do preço do petróleo e das margens internacionais do segmento de refino, além de menores volumes de produção de petróleo".

Mas foi um ano de queda em indicadores operacionais importantes para a estatal. A produção de petróleo caiu 3%, para 2,7 milhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás) por dia, reflexo de paradas para manutenção em plataformas marítimas.

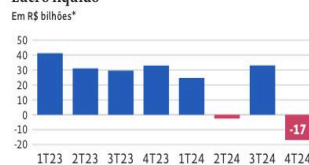
A Petrobras também registrou em 2024 queda nas vendas de dois de seus principais combustíveis: as de gasolina caíram 4,1%, e as de diesel, 2,8%. O preço de venda da cesta de derivados produzida pela empresa caiu 4,6% em relação a 2024, para R\$ 485,55 por barril.



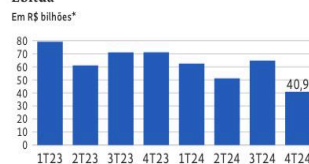
Magda Chambriard, da Petrobras Ricardo Moraes - 22.nov.24/Reuters

Petrobras sob Lula

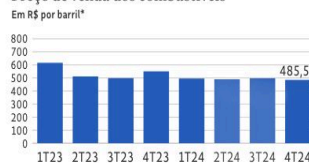
Lucro líquido



Ebitda



Preço de venda dos combustíveis



*Corrigido pelo IPCA até dezembro de 2024
Fonte: Petrobras

As margens de suas duas principais áreas de negócio também caíram durante o ano. A de exploração e produção ficou 5% abaixo de 2023, e a de refino teve queda de 2%. Os dois segmentos tiveram forte queda de lucro no ano: no primeiro caso, de 13%, e, no segundo, de 35,3%.

A estatal passou o ano com poucos reajustes nos combustíveis, apesar da forte volatilidade nos preços do petróleo. Na gasolina, promoveu apenas um aumento. No diesel, nenhum — só veio a repassar a alta de custos sobre o produto no início deste mês.

A Petrobras disse que o valor dos dividendos é compatível com sua sustentabilidade financeira e está alinhado à sua política de remuneração aos acionistas, que prevê a distribuição de 45% do fluxo de caixa livre sempre que a dívida estiver menor do que o teto indicado em seu planejamento estratégico.

A empresa fechou o ano com endividamento bruto, o indicador usado para definir dividendos, de US\$ 60,3 bilhões (R\$ 343 bilhões), queda de 3,8% em relação ao último dia de 2023.

Magda afirmou que a empresa vem ampliando investimentos, buscando "oportunidades de diversificação rentável" e dando primeiros passos no retorno à petroquímica, uma das missões que ganhou do presidente Lula (PT).

"Estamos avançando nos estudos de parcerias com grandes players para a produção de etanol, além da iniciativa, também em colaboração com parceiros, para produção de e-metanol, que visa implantar a primeira planta em escala comercial no Brasil, entre outras iniciativas de descarbonização", disse.

A Petrobras patrocinou nas últimas semanas duas cerimônias para apresentar investimentos ao lado de Lula, que vem rodando o país em busca de melhorar sua popularidade — a pior de suas três gestões, segundo o Datafolha.

Folha de São Paulo

Ministério dos Transportes quer 1ª 'concessão light' de rodovia em 2025

Modelo exige menos de operador privado por pedágio mais barato, mas cobra de usuário serviços como guincho e ambulância

Thiago Bethônico

SÃO PAULO O Ministério dos Transportes quer antecipar o cronograma oficial e fazer a primeira licitação de rodovia pelo modelo de "concessão inteligente" ainda em 2025.

No formato, o operador privado terá como função principal fazer a conservação e manutenção da estrada, sem obrigações de duplicar trechos, construir pontes e prestar serviços aos usuários — exigências que constam em contratos comuns.

Apelidadas de "concessões light" pelo ministro Renan Filho, o modelo vai englobar rodovias com movimento menor. Algumas devem sair como PPP (parceria público-privada), com o governo complementando a remuneração do operador além da receita do pedágio.

George Santoro, secretário do Ministério dos Transportes, diz que quer tirar o primeiro projeto do papel ainda em 2025. "O prazo formal é no ano que vem, mas estou tentando antecipar", afirma à Folha.

As concessões inteligentes devem permitir alívio ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Isso porque, diz Santoro, o modelo é uma reconfiguração do Crema, programa de recuperação de pavimentos, só que na versão com pedágios, que serão free-flow (automáticos, sem cancela).

Gastos com PPPs viram prioritários em Orçamento do governo

Os gastos do governo federal com PPPs (parcerias público-privadas) passaram a ser considerados despesas prioritárias nos ministérios. O regime de preferência foi inserido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), sancionada pelo presidente Lula (PT) em 30 de dezembro do ano passado.

A medida vale para o as chamadas contraprestações, que são os valores pagos anualmente ao ente privado. No formato de PPP, a empresa que ganha o contrato fica responsável pelo investimento, operação e administração do projeto. Em contrapartida, recebe essa remuneração. Na prática, a priorização definida da LDO significa que os gastos com as parcerias ficarão menos sujeitos a contingenciamentos.

O secretário afirma que, diferentemente de uma concessão comum, os serviços de reboque e ambulância, por exemplo, serão cobrados do usuário. O modelo é chamado de self-service e não existe no Brasil. É comum no Canadá e em outros países.

Essas e outras medidas visam reduzir o preço do pedágio, que deve ser mais barato que nas demais rodovias concedidas.

Segundo Santoro, uma das primeiras estradas a serem concedidas nesse programa está no Rio de Janeiro, em trecho da BR-356, que passa por Itaperuna e vai até o entroncamento com a BR-101. A ideia é juntar com uma rodovia estadual fluminense, descendo até o Porto do Açú.

"Vamos implementar esse projeto em rodovias alimentadoras, que não têm tanto fluxo quanto os corredores logísticos", diz Santoro. "A intenção é fazer um conjunto bem grande de rodovias nesse projeto."

Jorge Bastos, diretor-presidente da Infra S.A. (empresa pública do setor de logística), diz que o objetivo das concessões inteligentes é tirar do Dnit boa parte do custo de manutenção, jogando a função para o setor privado, que é mais eficiente.

Se o governo fosse fazer todos os Cremas necessários no Brasil, seria preciso desembolsar cerca de R\$ 40 bilhões por ano.

"Estamos estudando quais dessas rodovias podemos tirar o Crema feito pelo Dnit e pegar uma parte dele como subsídio para viabilizar a concessão", afirma Bastos.

O setor privado vai ser cobrado a manter o padrão das rodovias por indicadores de qualidade que hoje não existem em contratos do Dnit, diz Santoro.

"Eu incentivo o operador privado a fazer as manutenções no prazo, senão vai custar muito mais caro para ele. Como o pedágio é baixo, não teria atratividade econômica. Então ele vai ter que fazer tudo certinho", diz.

O secretário acrescenta que outro objetivo é criar uma escada para que construtoras e empresas de infraestrutura menores possam crescer.

Santoro almeja um novo mercado de companhias "juniors", que se unem e entram em leilões. É o que deve acontecer na licitação da BR-364 desta quinta (27), em que 4UM Investimentos e banco Opportunity formaram consórcio para participar.

Folha de São Paulo



O 'Prisômetro', painel que conta prisões feitas pela GCM, em funcionamento no centro de SP. Zanone Fraissat/Folhapress

'Prisômetro' de Nunes, dizem especialistas, tem mais força eleitoral do que transparência

Painel lançado na terça (25), diz prefeitura, busca ampliar divulgação e transparência da tecnologia e dos resultados obtidos pelo Smart Sampa

Lucas Lacerda

SÃO PAULO O "prisômetro" inaugurado pela gestão Ricardo Nunes (MDB) na sede do Smart Sampa marca posição política, mas não resolve problemas antigos do projeto, como o controle social externo e a possibilidade de auditar a operação e saber, por exemplo, quantos erros têm ocorrido. É o que dizem especialistas ouvidos pela Folha após o lançamento do painel na terça (25), que informa o número de prisões feitas pela GCM (Guarda Civil Metropolitana) a partir das imagens captadas pelo programa.

Com 23 mil câmeras na cidade e tecnologia de reconhecimento facial, o Smart Sampa é uma das principais bandeiras da administração municipal para a área de segurança. Na tarde desta quarta (26), o painel indicava 1.909 prisões em flagrante. No visor também constavam 723 foragidos da Justiça capturados, 405 presos em 2025, 147 presos em fevereiro deste ano e 41 pessoas desaparecidas que foram encontradas.

Transparência seria dizer se os números são auditáveis e quantas pessoas foram abordadas ou identificadas, diz a coordenadora de enfrentamento à violência institucional da ONG Conectas Direitos Humanos, Carolina Diniz. "A cidade perde com uma política baseada em populismo penal e que fica alarmando a população."

É o que também diz Pedro Saliba, coordenador de assimetrias e poder na organização Data Privacy Brasil. "Não é transparência. Transparência é entender qual a tecnologia usada, quais os equipamentos e empresas operando [os programas] e especialmente

ter algum tipo de controle social, grupos de especialistas da sociedade civil e academia pensando essa governança dos dados." "Imagino que o 'prisômetro' não vá dizer quantas pessoas foram presas ilegalmente ou quantas abordagens equivocadas ocorreram por erros do sistema de reconhecimento facial", diz Saliba, que cita negras, trans, crianças e adolescentes entre os mais suscetíveis a erros.

Procurada, a gestão Nunes disse que o Smart Sampa é maior programa de monitoramento por câmeras da América Latina e que segue todas as recomendações do Ministério Público. "O sistema de reconhecimento facial tem alto nível de precisão com algoritmos que somente emitem alertas quando há 90% de similaridade."

A prefeitura diz ainda que tomou medidas para garantir a proteção de dados do programa. "O Prisômetro é mais um recurso na busca de ampliar a divulgação e dos resultados alcançados pelo Smart Sampa, que trabalha com o cruzamento de dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública do Estado e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania."

O conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Alan Fernandes considera um resultado ruim a tentativa da gestão Nunes de divulgar ações contra a criminalidade diante da sensação de insegurança da população. "Me soa como assumir situação ruim na segurança pública. Imagine um estrangeiro que vem aqui e vê, vai gerar mais insegurança. É uma forma mal elaborada de a prefeitura prestar contas do que

faz." Ele pede mais transparência para o Smart Sampa e diz que o programa pode trazer resultados.

Fernandes diz nunca ter visto, em visitas ou na literatura de pesquisa, exemplos de um painel para mostrar prisões e seus efeitos.

A figura do gestor municipal encampando questões de segurança pode ter bons efeitos para o prefeito, segundo Giuliano Salvarani, professor de comunicação, marketing e política da ESPM.

"O prefeito, fazendo referência ao que antes era o impostômetro, se coloca em uma primeira grande ação do seu mandato como alguém que está discutindo segurança pública com viés mais punitivista, fazendo um aceno para setores mais conservadores."

Nunes, diz o professor, enfatiza o trabalho pela segurança, principal preocupação dos paulistanos segundo o último levantamento do Datafolha sobre o tema.

O interesse político mira a disputa de 2026. Isso porque, para Salvarani, o prefeito é um dos principais nomes da centro-direita para a disputa do Palácio dos Bandeirantes — em um cenário no qual Tarcísio de Freitas (Republicanos) desista da reeleição para disputar a Presidência.

Em meio ao fortalecimento do poder ostensivo de guardas municipais, a receita deve ser mantida e pode ganhar aditivos como o aumento de efetivo e de equipamentos para a estrutura municipal de segurança, diz Salvarani.

Tanto ele quanto Fernandes apontam que há pouco ônus à gestão municipal na segurança, pois a prefeitura divulga o número de prisões feitas, mas não precisa responder por políticas prisionais ou por reversões na Justiça.

O Estado de São Paulo

Ambiente institucional Percepção

Piora a noção de risco para o País, diz pesquisa

Estudo mostra que a avaliação das condições políticas, econômicas e sociais no Brasil retrocedeu no ano passado

.....
CARLOS EDUARDO VALIM

A percepção de riscos para o Brasil aumentou no ano passado, segundo estudo do Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, um think tank sediado na Universidade Internacional da Flórida, em Miami. A conclusão faz parte da primeira edição anual do relatório Índice e Análises de Riscos de Países da América Latina, que entrevistou ao longo de 2024 especialistas de diversas áreas em seis países: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e El Salvador.

A pesquisa permite acompanhar a evolução do clima político, econômico e social nessas regiões. O objetivo é aferir as tendências que podem afetar as decisões de investimentos de empresas e organizações não governamentais em cada país.

Na média das três coletas quadrimestrais de dados do ano, o Brasil registrou a melhor nota entre os países analisados, mas também foi o que apresentou a maior piora das notas entre o primeiro e o terceiro quadrimestre. A nota média de riscos do Brasil no ano ficou em 3,13 pontos: saiu de 3,07, em abril, para 3,32 em dezembro.

Quanto maior a nota, maior a percepção de riscos. Colômbia e El Salvador também registraram aumento da percepção de riscos. A Argentina foi o país que teve a melhora mais significativa, com a nota indo de 3,49 para 3,06 pontos.

Cada país contou com uma instituição parceira para realizar a coleta de dados. No Brasil, foi escolhido o Instituto Millenium, com coordenação dos economistas e pesquisadores associados Paulo Resende e Mariana Piaia.

Foram ouvidos no Brasil, a cada quatro meses, 30 representantes de cinco áreas: academia, jornalistas, mercado corporativo, organizações não governamentais e governo. Eles responderam a um formulário quantitativo.

Altos e baixos
Embora tenha as melhores notas entre os países latino-americanos, Brasil mostrou maior retrocesso

.....
 e depois foram entrevistados para explicar e aprofundar a análise das suas respostas. “Buscamos manter as mesmas pessoas entrevistadas de um período para outro, e equilibramos perfis profissionais com abrangência de posições políticas e por gênero, para dar uma visão mais ampla”, diz Resende.

RISCOS POLÍTICOS. Dos oito subtemas relacionados a risco político no Brasil, seis pioraram. Por exemplo, os entrevistados identi-

NÍVEL DE RISCO

Nota média de cada país que faz parte do estudo

Por país

PAÍS	ABRIL	AGOSTO	DEZEMBRO	MÉDIA DE 2024
MÉXICO	3,42	3,27	3,34	3,34
COLÔMBIA	3,28	3,11	3,31	3,23
ARGENTINA	3,49	3,09	3,06	3,21
CHILE	3,25	3,12	3,18	3,18
EL SALVADOR	0	3,04	3,26	3,15
BRASIL	3,07	2,98	3,32	3,13

FONTES: CENTRO ADAM SMITH PARA LIBERDADE ECONÔMICA, DA UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA FLÓRIDA, E INSTITUTO MILLENIUM (DADOS) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

ficaram uma deterioração nas relações entre o Poder Executivo e o Legislativo. “No começo do atual governo, havia a sensação de que se havia costurado um acordo com o Legislativo, mesmo que ele fosse de oposição. Esse acordo se deteriorou e há uma tendência de aumento de risco.”

O dado positivo nesse campo foi a forte melhora com relação à possibilidade de uma ruptura política. A nota desse item caiu de 4,1, em abril, para 2, em dezembro. “No começo do ano, ainda havia aquele ânimo muito exacerbado por conta dos eventos do 8 Janeiro de 2023. Era algo um pouco mais recen-

te. Mas o receio de acontecer um golpe de Estado acabou sendo diluído com o tempo.”

RISCOS ECONÔMICOS. As mesmas tendências registradas quanto ao cenário político foram vistas com relação à economia. Em praticamente todos os indicadores, as notas em dezembro traziam maior sensação de riscos do que em abril. “O clima para investimentos no começo do ano, estava no terreno neutro e foi para o positivo em agosto. Mas até dezembro piorou bastante”, diz o pesquisador. “O risco fiscal apareceu repetidamente, nas entrevistas, como o principal fator de

preocupação.”

Segundo o economista, o descontrolado de gastos do governo é visto como “gerador de diversos problemas, como a inflação alta para o futuro”. “Mas afeta também as perspectivas de crescimento da economia, de desvalorização da moeda e de turbulência econômica”, completa ele.

Pelo lado positivo, uma grande preocupação do começo de 2024, o risco de expropriação de ativos, diminuiu fortemente ao longo dos meses. Começou o ano como o item visto como o de pior nota e terminou como o de melhor.

RISCOS SOCIAIS. Os riscos sociais avaliados pelo estudo podem ser divididos em dois grupos: um envolvendo a possibilidade de ruptura social e outro de crime e corrupção. O primeiro grupo fechou o ano no terreno neutro. Houve até uma melhora na percepção de possibilidade de greves e protestos de grande impacto. “Nesse ponto, o Brasil está num território que não é crítico. O País se mostra relativamente estável comparado aos outros, sem querer minimizar quaisquer problemas”, diz o economista.

Porém, durante todo o ano passado houve notas altas de riscos envolvendo crimes, com piora até dezembro. “A percepção de criminalidade aumentou. A infiltração do crime organizado nas instituições foi muito apontada pelos entrevistados, e é tratada como um risco elevadíssimo.”●

Veículo
G1 Vanguarda
Jornal do Litoral



TCE suspende licitação de R\$ 100 mil da Câmara de Caraguatatuba para compra de iPhones

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) suspendeu uma licitação da Câmara de Caraguatatuba (SP), que previa gastar cerca de R\$ 100 mil para comprar iPhones.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Gerais

Veículo
Noticias do Litoral



Agentes da Guarda Civil de Caraguatatuba atendem ocorrência de violência doméstica

Durante patrulhamento pela região central na noite do último domingo (23), os agentes da Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba, com o auxílio do Centro de Operações Inteligentes (COI), observaram ocorrência de violência doméstica.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura - Local

Veículo
Fala Caraguá



Projeto Guri – Polo Fundacc está com inscrições abertas para novos alunos

O Projeto Guri – Polo Fundacc (Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba) está com inscrições abertas para novos alunos enquanto houver vagas. As aulas são gratuitas e não é necessário ter conhecimento musical prévio e instrumento próprio.

O polo está aberto às terças e quintas-feiras, das 8h às 17h30, e fica localizado no CIASC (Centro Integrado de Ações Sociais e Culturais) do bairro Perequê-Mirim, na Av. José da Costa Pinheiro Junior, nº 2.161. Para se inscrever é necessário estar acompanhado de um responsável, portando os seguintes documentos: cópia do RG e CPF do aluno e do responsável, cópia do comprovante de residência e declaração escolar.

O foco do programa está no atendimento a crianças e jovens, mas a proposta artístico-pedagógica do Guri também visa atender as famílias dos alunos matriculados. Os maiores de 18 anos interessados em aprender música também podem se matricular nos cursos de iniciação musical para adultos e nos cursos modulares de caráter intergeracional.

Sobre o Projeto

Com mais de mais de 100 mil vagas gratuitas, o Guri está presente em mais de 500 polos de ensino espalhados por todo o Estado de São Paulo – na capital, região metropolitana, interior e litoral. Do canto ao instrumento, do popular ao erudito, são

inúmeras opções.

Em 2025 o Guri celebra 30 anos, contabilizando o atendimento de mais de um milhão de crianças e jovens. O programa de educação musical da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo, gerido pela Santa Marcelina Cultura, é o maior projeto de desenvolvimento cultural e formação humana do país e segue ampliando seu trabalho. Para saber mais, acesse o site souguri.art.br.

Aulas/manhã:

- Iniciação musical (Para crianças de 6 a 8 anos)
- Curso Sequencial de Música (Para jovens de 10 a 18 anos): Trombone, trompete, eufônio, clarinete, saxofone, flauta transversal, percussão, violino, viola clássica, violoncelo, contrabaixo acústico, canto coral e teoria musical.

Aulas/tarde:

- Iniciação musical II (Para crianças de 8 e 9 anos)
- Curso Sequencial de Música (Para jovens de 10 a 18 anos): Trombone, trompete, eufônio, clarinete, saxofone, flauta transversal, percussão, violino, viola clássica, violoncelo, contrabaixo acústico, canto coral e teoria musical.
- Iniciação musical para adultos (a partir de 18 anos): Focado na prática do canto coral.

26.02.2025

Entrevistas passadas

Entrevista ao vivo com o vice-prefeito e secretário de Serviços Públicos, Sérgio Braz, para o Bom Dia Vanguarda

Pauta: Descarte irregular de entulhos na Rua Elvira Antonieta Steffen, no bairro Perequê-Mirim



22.01.2025

Clipping Eletrônico

Entrevista com a secretária de Turismo, Bianca Colepicolo

Pauta: Mostra da Exposição Percurso, organizada pelo Grupo Ubuntu Caraguatatuba Ceramistas.



Assista a reportagem completa [aqui](#).